# **Ajude mulheres com violência de gênero**

Ajuda financeira de pagamento único para mulheres vítimas de violência de gênero (Lei Orgânica 1/2004)

O objetivo desses subsídios é apoiar mulheres vítimas de violência que têm falta de renda e estão lutando para encontrar emprego.

Será concedida assistência de pagamento único, ajustável de acordo com a concordância das responsabilidades familiares e/ou deficiência da vítima e/ou de qualquer um de seus familiares.

Destinatários

Mulheres vítimas de violência de gênero

Requisitos

1. Não ter sido anteriormente beneficiário desse mesmo auxílio, mesmo que o requerente pudesse fornecer novas provas de uma situação de violência de gênero.
2. Tenha o título que credencia a situação de violência de gênero em vigor.
3. Seja residente em qualquer município da Comunidade de Madri.
4. Falta renda que, mensalmente, exceda 75 por cento do salário mínimo interprofissional, excluindo a parcela proporcional de dois pagamentos extraordinários.
5. Tem dificuldades especiais na obtenção de emprego, que será credenciado por meio de um Relatório do Serviço Público de Emprego, que deve atender aos requisitos estabelecidos no artigo 6 e deve cumprir os regulamentos estaduais que regem os requisitos técnicos que o referido Relatório deve atender.

Documentação a ser enviada

1. Solicitação. Clique em PROCESSAR para acessar o espaço de processamento onde você pode encontrar o formulário on-line.
2. Documentação. Os documentos que você deve fornecer e as informações que a Comunidade de Madri pode consultar são indicados.

Documentos fornecidos com o aplicativo:

1. Acreditação da situação de violência de gênero.
2. Autorização de residência e/ou trabalho, se aplicável.
3. No caso de descendentes de primeiro grau, livro de família e/ou certidão de nascimento.
4. Se houver, uma decisão judicial final sobre tutela.
5. No caso de assistência social, certificado emitido pela Comissão de Tutela de Menores.
6. Quando apropriado, acordo ou decisão judicial que estabeleça a obrigação de alimentos.
7. Comprovante de renda mensal (folha de pagamento, certificado de pensão ou declaração de renda) do solicitante e dos familiares dependentes, se aplicável.
8. Se aplicável, um documento de saúde do Seguro Social reconhecendo o status do membro da família como beneficiário em relação à pessoa que solicita o auxílio.
9. Além disso, se o candidato tiver familiares dependentes maiores de idade, ele deverá preencher o “Anexo Familiar”.

A Comunidade de Madri consultará, por meio eletrônico, os dados dos seguintes documentos, a menos que você se oponha de forma fundamentada; nesse caso, deverá fornecê-los:

1. JANTAR/NOITE.
2. Certificado de registro.
3. Certificado de deficiência emitido pela Comunidade de Madri.   
   Se a deficiência foi reconhecida em outra comunidade autônoma, ela deve ser fornecida junto com a solicitação de ajuda.
4. Relatório do Serviço Público de Emprego.
5. Certificado, emitido pela Direção Geral de Cadastro, que comprova a propriedade ou não propriedade de imóveis.

Lembre-se de que você é responsável pela veracidade dos documentos enviados.

Apresentação de candidaturas

Esse procedimento pode ser processado eletronicamente ou pessoalmente. Se você escolher o arquivamento eletrônico, precisará ter [**um dos sistemas de assinatura eletrônica reconhecidos pela Comunidade de Madri**](https://sede.comunidad.madrid/guia-administracion-electronica#requisitos).

Para enviar a inscrição, clique em PROCESSAR, acesse o espaço de processamento e siga estas etapas:

1. Prepare a documentação e/ou os anexos que você fornecerá com o aplicativo.
2. Clique em PREENCHER e acesse o formulário on-line. Se você não terminar de preenchê-lo, poderá recuperá-lo posteriormente acessando o localizador que aparecerá na tela e que você deve salvar.
3. Selecione uma dessas duas opções:   
   1. Envio eletrônico: Clique em ENVIAR PARA SE REGISTRAR. Na próxima tela, você pode anexar o restante dos documentos que acompanham o aplicativo.
   2. Apresentação presencial: Clique em BAIXAR FORMULÁRIO. Você pode baixar o formulário preenchido em formato PDF e, junto com o restante dos documentos, enviá-lo posteriormente pessoalmente nos [**locais previstos para esse fim, a menos que seja necessário se**](https://www.comunidad.madrid/servicios/informacion-atencion-ciudadano/red-oficinas-comunidad-madrid) [**conectar**](https://sede.comunidad.madrid/sites/default/files/ADEL/ckeditor/ADEL%20Texto%20gen%C3%A9ricos/ADEL_obligados%20a%20relacionarse%20electr%C3%B3nicamente%20con%20AAPP.pdf) eletronicamente à Administração.
4. No caso de uma apresentação presencial, lembre-se de verificar se é necessário solicitar [**uma consulta**](https://www.comunidad.madrid/servicios/informacion-atencion-ciudadano/cita-previa-oficinas-registro-atencion-ciudadano) no cartório e no cartório de atendimento ao cidadão que lhe interessa.

Se você selecionar a notificação eletrônica como meio de notificação, a unidade de processamento enviará notificações por meio do [**Sistema de Notificação Eletrônica da Comunidade de Madri**](https://sede.comunidad.madrid/guia-administracion-electronica#notificaciones). Para fazer isso, você deve ter um endereço de e-mail habilitado nesse serviço. Para se cadastrar, clique no [**acesso ao Serviço NOTE**](https://gestiona3.madrid.org/auto_login/acceso.jsf?s=NOTE&ss=PRIVADO&pass=9F6FE21F6C37B9D47C434FC195D45D84&ok=aHR0cHM6Ly9nZXN0aW9uYTMubWFkcmlkLm9yZy9ub3RlX3B1YmxpYy9pbmRleC5odG1s).

Depois que a solicitação for registrada, o [**serviço de consulta do status do arquivo é ativado, de onde**](https://sede.comunidad.madrid/guia-administracion-electronica#expedientes) você pode:

* fornecer documentos e enviar comunicações relacionadas à sua inscrição e
* verifique seu status de processamento.

Veja mais informações no [**Guia de processamento eletrônico**](https://sede.comunidad.madrid/guia-tramitacion-electronica).

Informações suplementares

[**Para obter informações relacionadas a este procedimento, você pode entrar em contato com o e-mail genérico gestionvvg@madrid.org**](mailto:gestionvvg@madrid.org)

Processamento

O procedimento de concessão da ajuda será o da concessão direta, com a Direção Geral com competência em questões de igualdade, o órgão responsável pela instrução e gestão.

O estudo das solicitações será feito em ordem de entrada no cadastro do órgão competente para resolvê-las.

O órgão investigador formulará uma proposta de resolução a cada dois meses, acumulando todos os pedidos apresentados desde a última proposta de resolução.

As solicitações enviadas que não puderam ser resolvidas até a data de encerramento do exercício financeiro correspondente serão levadas em consideração no exercício financeiro seguinte e serão resolvidas nos termos e condições estabelecidos nos regulamentos regulatórios.

A ordem de prioridade é aquela estabelecida na ordem de entrada dos pedidos no cadastro do órgão competente para resolver.

Se, após o exame da solicitação e da documentação apresentada, estas se mostrarem incompletas ou defeituosas, a solicitante deverá, no prazo de dez dias, corrigir a falta ou acompanhar os documentos obrigatórios, com a indicação de que, caso contrário, será considerada a desistência de sua solicitação, por meio de Resolução.

A pessoa responsável pelo Departamento responsável pelas questões de Igualdade decidirá, por meio de uma Ordem motivada e individualizada.

Regulamentos

* Despacho 2739/2022, de 28 de novembro, do Ministério da Família, Juventude e Política Social, que aprova as regras regulatórias para a concessão direta de auxílio financeiro de pagamento único previstas no artigo 27 da Lei Orgânica 1/2004, de 28 de dezembro, sobre Medidas Integrais de Proteção contra a Violência de Gênero ([**BOCM**](https://www.bocm.es/boletin/CM_Orden_BOCM/2022/12/02/BOCM-20221202-22.PDF) nº 287, de 2 de dezembro).
* Lei 5/2005, de 20 de dezembro, abrangente contra a violência de gênero na Comunidade de Madri ([**Diário Oficial do Estado” nº 52, de 2 de março de**](https://boe.es/buscar/act.php?id=BOE-A-2006-3667&p=20180628&tn=2) 2006)
* Lei Orgânica 1/2004, de 28 de dezembro, sobre ­ Medidas Integrais de Proteção contra a Violência de Gênero ([**Diário Oficial do Estado nº 313, de 29 de dezembro de**](https://www.boe.es/buscar/act.php?id=BOE-A-2004-21760) 2004).

Órgão responsável

Aconselhamento sobre Família, Juventude e Assuntos Sociais

Aconselhamento Adjunto para Família, Juventude e Assuntos Sociais

Direção-Geral para a Igualdade

BOM A **CM**

BOLETIM OFICIAL DA COMUNIDADE DE MADRID

B.O.C.M. No. 287 SEXTA-FEIRA, 2 DE DEZEMBRO DE 2022

I. COMUNIDADE DE MADRID

C) Outras disposições

Aconselhamento sobre política familiar, juvenil e social

1. DESPACHO 2739/2022, de 28 de novembro, do Ministério da Família, Juventude e Política Social, que aprova as regras regulatórias para a concessão direta de auxílio financeiro de pagamento único previstas no artigo 27 da Lei Orgânica 1/2004, de 28 de dezembro, sobre Medidas Integrais de Proteção contra a Violência de Gênero.

A Lei Orgânica 1/2004, de 28 de dezembro, sobre Medidas Integrais de Proteção contra a Violência de Gênero, estabelece em seu artigo 27 o direito de receber ajuda financeira para mulheres vítimas de violência de gênero que tenham um determinado nível de renda e com relação àquelas que presumam que, devido à idade, falta de treinamento geral ou especializado e outras circunstâncias sociais, terão dificuldades especiais em conseguir emprego. O reconhecimento desse direito subjetivo busca assegurar um dos princípios norteadores da Lei Orgânica, incluído no artigo 2, letra e), que é garantir direitos econômicos às mulheres vítimas de violência de gênero, a fim de facilitar sua integração social.

Além disso, o parágrafo 3 deste artigo 27 estipula que esses subsídios, financiados pelos Orçamentos Gerais do Estado, serão concedidos pelas administrações competentes no campo dos serviços sociais.

O Estatuto de Autonomia da Comunidade de Madri afirma em seu artigo 26.1.3, como sua competência exclusiva, a regulamentação do procedimento administrativo derivado das especialidades de sua própria organização e, no artigo 26.1.25, a competência exclusiva em questões de promoção da igualdade em relação às mulheres, o que garante sua participação livre e efetiva no desenvolvimento político, social, econômico e cultural.

Pelo Decreto 42/2021, de 19 de junho, do Presidente da Comunidade de Madri, que estabelece o número e a denominação dos Conselhos da Comunidade de Madri, é criado o Ministério da Família, Juventude e Política Social.

O Decreto 208/2021, de 1º de setembro, do Conselho do BCE, que estabelece a estrutura organizacional do Ministério da Família, Juventude e Política Social, inclui, em seu artigo 13, os poderes da Direção Geral de Igualdade, incluindo, em termos de assistência às vítimas, prevenção e erradicação da violência de gênero, a adoção de medidas destinadas a prevenir e erradicar qualquer manifestação de violência contra as mulheres, seus filhos e filhas e outras pessoas dependentes de eles, através da coordenação entre as diferentes administrações públicas a fim de alcançar a máxima eficácia e eficiência na implementação dessas medidas.

A Lei 5/2005, de 20 de dezembro, abrangente contra a violência de gênero da Comunidade de Madri, dedica seu artigo 18 ao regime de ajuda financeira, estabelecendo, em sua seção 1, a competência do Órgão para a Igualdade de Oportunidades entre mulheres e homens da Comunidade de Madri para o processamento da assistência de pagamento único prevista no artigo 27 da citada Lei Orgânica 1/2004, de 28 de dezembro.

De acordo com o disposto no artigo 4.5.b) da Lei 2/1995, de 8 de março, sobre Subsídios da Comunidade de Madri, em caráter excepcional, subsídios cujo prêmio ou valor seja imposto por normas legais podem ser concedidos diretamente.

O objetivo da Comunidade de Madri é fornecer apoio financeiro às mulheres vítimas de violência de gênero que demonstrem recursos insuficientes e dificuldades especiais em conseguir emprego, a fim de facilitar sua integração social. E a atual situação econômica exige o estabelecimento de mecanismos ágeis e urgentes, que permitam o rápido recebimento da ajuda pelos beneficiários, removendo qualquer obstáculo que possa prejudicar a eficiência da gestão. Por esse motivo, é necessário propor a concessão direta desses subsídios para permitir que mulheres vítimas de violência de gênero recebam apoio institucional imediato, sem a necessidade de comparar solicitações, mas sempre respeitando os controles que possibilitam o cumprimento dos princípios de efetividade e eficiência na gestão dos gastos públicos.

Página 75

|  |
| --- |
| BOCM-20221202-22 |

BOM A **CM**

BOLETIM OFICIAL DA COMUNIDADE DE MADRID

Página 76 SEXTA-FEIRA, 2 DE DEZEMBRO DE 2022 B.O.C.M. Nº 287

Em virtude disso, e fazendo uso dos poderes conferidos pelas disposições em vigor,

EU TENHO

Artigo 1

Propósito e validade

1. O objetivo desses regulamentos regulatórios é regular o regime jurídico e o procedimento para a concessão direta de auxílio financeiro de pagamento único estabelecido no artigo 27 da Lei Orgânica 1/2004, de 28 de dezembro, sobre Medidas Integrais de Proteção contra a Violência de Gênero e nas regulamentações estaduais emitidas em sua implementação.
2. Este Pedido entrará em vigor indefinidamente, desde que não haja modificação dos regulamentos estaduais ou regionais relevantes. Nesse caso, procederemos às adaptações ou modificações apropriadas.

Artigo 2

Objetivo do auxílio

1. O objetivo da ajuda financeira referida nesta Ordem é fornecer apoio financeiro às mulheres vítimas da violência de gênero referida no artigo 1 da mencionada Lei Orgânica 1/2004, de 28 de dezembro, para a qual são comprovados recursos insuficientes e dificuldades especiais na obtenção de emprego, a fim de garantir seus direitos econômicos, a fim de facilitar sua integração social.
2. Esses auxílios consistem em um pagamento único, que será modulado de acordo com as responsabilidades familiares ou o grau de deficiência da vítima ou de um dos dependentes, ou ambos, de acordo com o disposto no artigo 8 da presente regulamentação.

Artigo 3

Beneficiários

Mulheres vítimas de violência de gênero podem ser beneficiárias de assistência financeira se, tanto no momento da apresentação da solicitação quanto no momento da concessão do auxílio previsto nestes regulamentos regulatórios, a situação de violência de gênero tiver sido credenciada nos termos estabelecidos no artigo a seguir e atender aos seguintes requisitos:

1. Não ter sido anteriormente beneficiário desse mesmo auxílio, mesmo que o requerente pudesse fornecer novas provas de uma situação de violência de gênero.
2. Tenha o título que credencia a situação de violência de gênero em vigor.
3. Seja residente em qualquer município da Comunidade de Madri.
4. Falta renda que, mensalmente, exceda 75 por cento do salário mínimo interprofissional, excluindo a parcela proporcional de dois pagamentos extraordinários.
5. Tem dificuldades especiais na obtenção de emprego, que será credenciado por meio de um Relatório do Serviço Público de Emprego, que deve atender aos requisitos estabelecidos no artigo 6 e deve cumprir os regulamentos estaduais que regulam os requisitos técnicos que o referido Relatório deve atender.

Artigo 4

Acreditação da situação de violência de gênero

As situações de violência de gênero que dêem origem ao reconhecimento dos direitos regulamentados na Lei Orgânica 1/2004, de 28 de dezembro, sobre Medidas Integrais de Proteção contra a Violência de Gênero, devem ser credenciadas pela vítima, por qualquer um dos seguintes meios:

1. Condenação por crime de violência de gênero.
2. Ordem de proteção em favor da vítima.
3. Uma decisão judicial para conceder uma medida cautelar em favor da vítima.
4. Relatório do Departamento do Ministério Público indicando que há indícios de que o reclamante é vítima de violência de gênero.
5. Acreditação administrativa de acordo com um modelo comum aprovado na Conferência Setorial sobre Igualdade, relacionado ao credenciamento de situações de violência de gênero,

|  |
| --- |
| BOCM-20221202-22 |

BOM A **CM**

BOLETIM OFICIAL DA COMUNIDADE DE MADRID

B.O.C.M. No. 287 SEXTA-FEIRA, 2 DE DEZEMBRO DE 2022

emitida de acordo com o artigo 23 da Lei Orgânica 1/2004, de 28 de dezembro, sobre Medidas Integrais de Proteção contra a Violência de Gênero e com a finalidade de receber assistência de pagamento único nos termos do artigo 27 da referida Lei Orgânica.

1. Grau de habilitação emitido de acordo com o artigo 31 da Lei 5/2005, de 20 de dezembro, Abrangente contra a Violência de Gênero na Comunidade de Madri.

Artigo 5

Determinação dos rendimentos

1. Para fins de determinação do requisito de diferença de renda, somente a renda ou renda que o solicitante tem ou pode ter disponível para assistência será levada em consideração, sem contar para esse fim a renda ou renda de outros membros da unidade familiar que moram com a vítima.
2. Se a solicitante do auxílio tiver responsabilidades familiares, entender-se-á que ela atende ao requisito de falta de renda quando a renda mensal de toda a unidade familiar, dividida pelo número de membros que a compõem, não exceder 75 por cento do salário mínimo interprofissional.
3. Quaisquer bens, direitos ou renda disponíveis para a vítima de violência de gênero derivados do trabalho, capital móvel ou imobiliário, incluindo aumentos de ativos, atividades econômicas e aquelas de natureza beneficente, com exceção das alocações econômicas da Previdência Social por filho dependente ou menor, devem ser considerados renda computável.

Também serão considerados os retornos que podem ser deduzidos do valor econômico dos ativos, aplicando-se ao seu valor 50% da taxa de juros legal do dinheiro em vigor, com exceção da moradia normalmente ocupada pela vítima e dos bens cuja renda foi calculada.

1. A renda que não vem do trabalho e é recebida por mais de um mês será contabilizada mensalmente para esses fins.

Artigo 6

Relatório do Serviço Público de Emprego

1. O relatório do Serviço Público de Emprego competente deve declarar que as mulheres que buscam essa assistência, devido à sua idade, falta de treinamento geral ou especializado e circunstâncias sociais, não melhorarão substancialmente sua empregabilidade devido à sua participação nos programas de emprego específicos estabelecidos para sua integração profissional.
2. Para tanto, na elaboração do itinerário pessoal de emprego, cada um dos fatores mencionados na seção anterior será avaliado, bem como seu impacto conjunto na capacidade de integração profissional da vítima e na melhoria de sua empregabilidade.
3. Na avaliação da idade, serão levadas em conta aquelas idades a partir das quais o Serviço Público de Emprego, de acordo com sua experiência, pode inferir a dificuldade de ingressar no mercado de trabalho.
4. No que diz respeito às circunstâncias relacionadas à preparação geral ou especializada da vítima, os casos em que as vítimas não têm educação primária obrigatória ou estão em situação de grave falta de conhecimentos básicos serão considerados, fundamentalmente, aqueles casos em que as vítimas não têm educação primária obrigatória ou estão em situação de grave falta de conhecimentos básicos.
5. A avaliação das circunstâncias sociais abordará aquelas relacionadas à situação de violência sofrida e seu impacto na participação ou uso de programas de integração, com o reconhecido grau de deficiência, bem como quaisquer outras circunstâncias que, na opinião do Serviço Público de Emprego competente, possam afetar a empregabilidade da vítima.

Artigo 7

Regime de incompatibilidade

1. Os auxílios previstos nestes regulamentos regulatórios serão compatíveis com qualquer um dos previstos na Lei 35/1995, de 11 de dezembro, sobre Auxílio e Assistência às Vítimas de Crimes Violentos e Crimes contra a Liberdade Sexual, bem como com qualquer outro auxílio econômico regional ou local concedido devido à situação de violência de gênero.

Página 77

|  |
| --- |
| BOCM-20221202-22 |

BOM A **CM**

BOLETIM OFICIAL DA COMUNIDADE DE MADRID

Página 78 SEXTA-FEIRA, 2 DE DEZEMBRO DE 2022 B.O.C.M. Nº 287

Se o requerente deste auxílio tiver recebido uma das subvenções previstas na Lei 35/1995, de 11 de dezembro, sobre Auxílio e Assistência às Vítimas de Crimes Violentos e Crimes contra a Liberdade Sexual, estas devem ser contabilizadas como renda para comprovar a exigência de falta de renda estabelecida nos artigos 3, alínea d) e 5 desta Ordem.

1. De acordo com o artigo 18 da Lei 5/2005, de 20 de dezembro, Integral contra a Violência de Gênero na Comunidade de Madri, independentemente do recebimento dessa ajuda, os beneficiários podem participar de programas de integração e reintegração no emprego elaborados e implementados pela Comunidade de Madri.

Artigo 8

Montante do auxílio

1. O montante do auxílio será geralmente equivalente a seis meses de subsídio de desemprego.
2. Quando a vítima de violência de gênero tem responsabilidades familiares, o valor da ajuda será equivalente a:
3. Doze meses de subsídio de desemprego, quando a vítima foi cuidada por um membro da família ou filho adotivo.
4. Dezoito meses de subsídio de desemprego, quando a vítima tinha dois ou mais familiares ou filhos adotivos, ou um membro da família e um filho adotivo.
5. Quando a vítima de violência de gênero tem um grau oficialmente reconhecido de deficiência igual ou superior a 33 por cento, o valor da ajuda será equivalente a:
6. Doze meses de subsídio de desemprego, quando a vítima não tinha responsabilidades familiares.
7. Dezoito meses de subsídio de desemprego, quando a vítima era dependente de um membro da família ou filho adotivo.
8. Vinte e quatro meses de subsídio de desemprego, quando a vítima tinha dois ou mais membros da família ou filhos adotivos, ou um membro da família e um filho adotivo.
9. Quando a vítima de violência de gênero depende de um membro da família ou filho adotivo, que tenha um grau de deficiência oficialmente reconhecido igual ou superior a 33%, o valor da ajuda será equivalente a:
10. Dezoito meses de seguro-desemprego, quando a vítima estava cuidando de um membro da família ou filho adotivo.
11. Vinte e quatro meses de subsídio de desemprego, quando a vítima tinha dois ou mais membros da família ou filhos adotivos, ou um membro da família e um filho adotivo.
12. Quando a vítima de violência de gênero com responsabilidades familiares ou o membro da família ou filho adotivo com quem vive tem um grau oficialmente reconhecido de deficiência igual ou superior a 65 por cento, o valor da ajuda será equivalente a vinte e quatro meses de subsídio de desemprego.
13. Quando a vítima de violência de gênero e o membro da família ou filho adotivo com quem vive tiverem reconhecido oficialmente um grau de deficiência igual ou superior a 33 por cento, o valor da ajuda será equivalente a vinte e quatro meses de seguro-desemprego.
14. Para os fins deste regulamento regulatório, aqueles incluídos no artigo 4 do Real Decreto Legislativo 1/2013, de 29 de novembro, que aprova o texto consolidado da Lei Geral sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e sua Inclusão Social, ou regulamentos que a substituam, serão considerados pessoas com deficiência.
15. A ajuda financeira reconhecida será compatível com o recebimento de pensões de invalidez e aposentadoria da Previdência Social em sua forma não contributiva e não será, em nenhuma circunstância, considerada renda ou renda computável para fins de recebimento.

Artigo 9

Responsabilidades familiares

1. Para os fins das disposições deste regulamento regulatório, haverá responsabilidades familiares quando o candidato for responsável por pelo menos um membro da família, por consanidade ou afinidade até o segundo grau, com quem ela mora.

|  |
| --- |
| BOCM-20221202-22 |

BOM A **CM**

BOLETIM OFICIAL DA COMUNIDADE DE MADRID

B.O.C.M. No. 287 SEXTA-FEIRA, 2 DE DEZEMBRO DE 2022

Os familiares mencionados no parágrafo anterior não serão considerados dependentes com renda de qualquer tipo superior ao salário mínimo interprofissional, excluída a parcela proporcional de dois pagamentos extraordinários.

1. As responsabilidades familiares devem ser cumpridas no momento da solicitação, exceto no caso de crianças nascidas dentro de trezentos dias. Nesse caso, será necessário revisar o valor do auxílio recebido para adaptá-lo ao valor que seria devido se, na data da solicitação, essas responsabilidades tivessem sido cumpridas.

Para tanto, o beneficiário deve relatar a circunstância do nascimento nos termos do artigo 11.1.d), dentro do mês seguinte à ocorrência do evento causador.

Nesse sentido, o órgão investigador formulará uma proposta de resolução complementar, atualizando o montante do auxílio que possa ser apropriado em resposta às novas circunstâncias, e essa nova solicitação será resolvida nos termos previstos no artigo 10 desta Ordem.

1. Será entendido que a coexistência existe quando é interrompida por motivos derivados da situação de violência de gênero.

A coabitação não será necessária quando houver a obrigação de fornecer alimentos em virtude de um acordo ou decisão judicial.

A coabitação será presumida, salvo prova em contrário, quando os familiares tiverem sua condição de beneficiários da previdência social reconhecida no documento emitido em nome da vítima.

Artigo 10

Solicitações

1. Os pedidos de assistência devem ser feitos de acordo com o modelo contido no anexo desta Ordem e devem ser acompanhados, em qualquer caso, pelos documentos estabelecidos no artigo seguinte.
2. As candidaturas podem ser submetidas ao Registro Geral do Escritório responsável pela Igualdade, ou em qualquer um dos locais estabelecidos no artigo 16.4 da Lei 39/2015, de 1º de outubro, sobre o Procedimento Administrativo Comum das Administrações Públicas, e serão endereçadas à Direção Geral competente para processamento. Da mesma forma, o pedido pode ser apresentado através do registro eletrônico do Departamento responsável pela Igualdade ou em outros registros eletrônicos de qualquer um dos assuntos referidos no artigo 2.1 da Lei 39/2015, de 1º de outubro, sobre o Procedimento Administrativo Comum das Administrações Públicas, para os quais é necessário ter um dos Certificados Eletrônicos reconhecidos ou qualificados para assinaturas eletrônicas, operacionais na Comunidade de Madri e emitidos por provedores incluídos na “Lista de confiança do serviço de certificação”. “fornecedores” ou qualquer outro sistema de assinatura eletrônica que a Comunidade de Madri considera válido nos termos e condições especificamente estabelecidos.
3. Os solicitantes do auxílio podem receber notificações administrativas relacionadas a esse procedimento por meio do Sistema de Notificação Eletrônica, disponível no portal da Administração Digital. Ponto de acesso geral, cujo endereço é: https://www.comunidad.madrid/servicios/administracion-digital-punto-accesogeneral, se você indicar isso no formulário de inscrição e se cadastrou no sistema.
4. O prazo para apresentação de candidaturas estará aberto a partir da entrada em vigor desta Ordem.

Artigo 11

Documentação

1. As inscrições devem ser acompanhadas da seguinte documentação:
2. Fotocópia do Documento Nacional de Identidade (DNI), do Número de Identidade de Estrangeiro (NIE) e, se aplicável, da autorização de residência e/ou trabalho do interessado.

O DNI e o NIE serão solicitados pelo órgão competente para o gerenciamento do arquivo, por meio eletrônico, a menos que se oponha à consulta, caso em que a solicitação será preenchida de acordo com o modelo anexo e será fornecida pelo interessado.

1. Certificado de registro do candidato. Este certificado será solicitado pelo órgão competente para o gerenciamento do arquivo, por meio eletrônico

Página 79

|  |
| --- |
| BOCM-20221202-22 |

BOM A **CM**

BOLETIM OFICIAL DA COMUNIDADE DE MADRID

Página 80 SEXTA-FEIRA, 2 DE DEZEMBRO DE 2022 B.O.C.M. Nº 287

Tronics, a menos que se oponha à consulta, caso em que a solicitação será preenchida de acordo com o modelo anexo e será fornecida pela parte interessada.

1. Fotocópia do documento que credencia a situação de violência de gênero, nos termos estabelecidos no artigo 4.
2. No caso de o requerente ter filhos dependentes, uma fotocópia do livro de família e/ou certidão de nascimento devidamente traduzida para o espanhol e uma decisão judicial final sobre tutela, se houver.

No caso de um orfanato, um certificado emitido pela Comissão de Tutela de Crianças. No caso de crianças nascidas nos próximos trezentos dias, conforme estabelecido no artigo 9, essa circunstância deve ser comprovada apresentando por meio de registro uma fotocópia do livro familiar no qual o novo membro da família está registrado ou, na falta disso, uma certidão de nascimento, no mês seguinte à ocorrência do evento causador.

1. No caso de o requerente ter filhos dependentes, uma fotocópia do contrato ou decisão judicial contendo a obrigação de alimentos.
2. Comprovante de renda mensal (fotocópia da folha de pagamento, certificados de pensão ou, na falta disso, declaração responsável de renda mensal), do solicitante.
3. Declaração de não ser beneficiário anterior do auxílio regulamentado nesta Portaria, que entrará em vigor após a assinatura do pedido.
4. Certificado, em caso de deficiência do candidato, emitido pelo respectivo Centro Base de Atendimento a Pessoas com Deficiência do Departamento responsável pelos Assuntos Sociais. Este certificado será solicitado pelo órgão competente para o gerenciamento do arquivo, por meio eletrônico, a menos que se oponha à consulta, caso em que o pedido será preenchido de acordo com o modelo anexo e será fornecido pelo interessado.

Quando o certificado é emitido por outra comunidade autônoma, ele deve ser fornecido pelo interessado junto com a solicitação de assistência.

1. Certificado emitido pela Direção Geral de Cadastro que comprova a propriedade ou não propriedade de imóveis do solicitante.
2. No caso de responsabilidades familiares:
   1. JANTAR/NOITE. Este documento será solicitado pelo órgão competente para o gerenciamento do arquivo, por meio eletrônico, a menos que se oponha à consulta, caso em que o formulário em anexo será preenchido e fornecido pelo membro da família, se aplicável.
   2. Certificado de registro do membro da família. Este certificado será solicitado pelo órgão competente para o gerenciamento do arquivo, por meio eletrônico, a menos que se oponha à consulta, caso em que o formulário em anexo será preenchido e fornecido pelo membro da família, se aplicável.
   3. Certificado, em caso de deficiência do familiar, emitido pelo respectivo Centro Base de Atendimento a Pessoas com Deficiência do Departamento responsável pelos Assuntos Sociais. Este certificado será solicitado pelo órgão competente para o gerenciamento do arquivo, por meio eletrônico, a menos que se oponha à consulta, caso em que o pedido será preenchido de acordo com o modelo anexo e fornecido pelo familiar.

Quando o certificado é emitido por outra comunidade autônoma, ele deve ser fornecido pelo interessado junto com a solicitação de assistência.

* 1. Comprovante da renda mensal do familiar dependente (fotocópia da folha de pagamento, certificados de pensão ou, na sua falta, declaração de renda responsável).
  2. Se aplicável, uma fotocópia do documento de saúde do Seguro Social reconhecendo a condição do membro da família como beneficiário, com relação à pessoa que solicita o auxílio.

As pessoas interessadas serão responsáveis pela veracidade dos documentos que enviarem.

1. Além da documentação acima mencionada, a Direção Geral responsável pelo processamento da assistência de pagamento único deve proceder à coleta, por meio eletrônico, do relatório do Serviço Público de Emprego a que se refere o artigo 6.

Para esses fins, a Direção-Geral acima mencionada, a menos que o candidato se oponha ao preencher a solicitação de acordo com o modelo incluído no anexo a estes regulamentos regulamentares, realizará diretamente com os Serviços Públicos de Emprego da Comunidade de Madri os procedimentos que levaram à emissão deste relatório.

|  |
| --- |
| BOCM-20221202-22 |

BOM A **CM**

BOLETIM OFICIAL DA COMUNIDADE DE MADRID

B.O.C.M. No. 287 SEXTA-FEIRA, 2 DE DEZEMBRO DE 2022

A oposição à consulta implica a obrigação por parte da parte interessada de realizar por si mesma todos os procedimentos e procedimentos conducentes à obtenção deste relatório do Serviço Público de Emprego.

1. A documentação exigida no procedimento pode ser anexada ao pedido, mas as partes interessadas têm o direito de não fornecer documentos que já estejam na posse da Administração em exercício ou tenham sido preparados por qualquer outra Administração.

A administração interina pode consultar ou coletar esses documentos, a menos que a parte interessada se oponha a isso. Nesse caso, a parte interessada geralmente será obrigada a fornecer cópias dos documentos correspondentes, de acordo com as disposições da Lei 28.3 da Lei 39/2015, de 1 de outubro.

Além disso, os documentos podem ser fornecidos durante o processamento do arquivo por meio do portal de Administração Digital. Ponto de acesso geral, cujo endereço é https://www.comunidad.madrid/servicios/administracion-digital-punto-acceso-general

Artigo 12

Processamento de arquivos

1. O procedimento de concessão do auxílio será a concessão direta, de acordo com o disposto no artigo 4.5.b) da Lei 2/1995, de 8 de março, sobre subsídios da Comunidade de Madri, à Direção-Geral com competência em questões de igualdade, órgão responsável pela instrução e gestão.
2. O estudo das solicitações será feito em ordem de entrada no cadastro do órgão competente para resolvê-las. O órgão investigador formulará uma proposta de resolução a cada dois meses, acumulando todos os pedidos apresentados desde a última proposta de resolução.
3. As solicitações enviadas que não puderam ser resolvidas até a data de encerramento do exercício financeiro correspondente serão levadas em consideração no exercício financeiro seguinte e serão resolvidas nos termos e condições estabelecidos nestes regulamentos regulatórios. A ordem de prioridade é aquela estabelecida na ordem de entrada dos pedidos no cadastro do órgão competente para resolver.
4. Se, após o exame do pedido e da documentação apresentada, estes se revelarem incompletos ou defeituosos, a solicitante deverá, no prazo de dez dias, corrigir a falta ou acompanhar os documentos obrigatórios, com a indicação de que, caso contrário, será considerada como desistindo do pedido, após Resolução emitida conforme estabelecido no artigo 21 da Lei 39/2015, de 1º de outubro, sobre o Procedimento Administrativo Comum das Administrações Públicas.

Artigo 13

Resolução do arquivo

1. A pessoa responsável pelo Departamento responsável pelas questões de Igualdade decidirá, por meio de uma Ordem motivada e individualizada.

O prazo máximo para resolver e notificar a resolução do procedimento não pode exceder três meses a contar da data de inscrição do pedido de assistência no registo do organismo competente para resolver. A expiração desse prazo máximo sem a emissão de uma Resolução autoriza os interessados a considerarem o pedido de concessão da outorga indeferido devido ao silêncio administrativo.

1. Contra a resolução, que põe fim ao processo administrativo, uma reintegração opcional pode ser apresentada ao responsável pelo Departamento responsável pela Igualdade, dentro de um mês, ou, diretamente, um recurso contencioso-administrativo, dentro de dois meses, contando isso e aquilo a partir do dia seguinte à sua notificação, de acordo com os artigos 123 e 124 da Lei 39/2015, de 1 de outubro, sobre o Procedimento Administrativo Comum das Administrações Públicas, e artigos 8, 10, 46 e artigos concordantes da Lei 20/1998, de 13 de julho, que regulamenta Jurisdição Contenciosa-Administrativa.

Artigo 14

Forma de pagamento da ajuda

O pagamento do auxílio será feito, uma vez concedido, por meio de uma única assinatura.

Página 81

|  |
| --- |
| BOCM-20221202-22 |

BOM A **CM**

BOLETIM OFICIAL DA COMUNIDADE DE MADRID

Página 82 SEXTA-FEIRA, 2 DE DEZEMBRO DE 2022 B.O.C.M. Nº 287

Artigo 15

Obrigações dos beneficiários

Os beneficiários do auxílio regulado nestas regras regulamentares têm as seguintes obrigações:

1. Comunicar à Direção Geral responsável pela Igualdade a obtenção de subsídios para o mesmo fim, de qualquer Administração Pública ou entidade pública ou privada, nacional ou internacional, bem como qualquer alteração nas condições consideradas para o prêmio.

Para esses fins, qualquer alteração nas condições consideradas para a concessão e, em qualquer caso, a obtenção simultânea de subsídios concedidos por qualquer entidade pública ou privada, nacional ou internacional, pode resultar na modificação da concessão concedida, de acordo com o disposto no artigo 6.5 da Lei 2/1995, de 8 de março.

1. Os beneficiários são obrigados a fornecer todas as informações exigidas pela Controladoria Geral da Comunidade de Madri, pela Câmara de Contas da Comunidade de Madri ou por outros órgãos competentes e, em particular, a obrigação de assumir os extremos regulamentados no artigo 12 da Lei 2/1995, de 8 de março, sobre Subsídios da Comunidade de Madri, no que diz respeito ao exercício da função de supervisão. Além disso, os beneficiários do auxílio regulado por estes regulamentos regulamentares estão sujeitos ao controle financeiro da Intervenção Geral da Comunidade de Madri e da Câmara de Contas da Comunidade de Madri e de outros órgãos competentes, de acordo com o regime de controle de subsídios regulamentado na Lei 2/1995, de 8 de março.
2. Os beneficiários estão dispensados de provar que estão em dia com suas obrigações tributárias e com a Previdência Social, com base na seção d) do artigo 3.1 da Portaria 2532/1998, de 29 de setembro, do Ministério das Finanças, que regula a obrigação de comprovar o cumprimento das obrigações fiscais e contra a Previdência Social pelos beneficiários de subsídios, auxílios públicos e transferências da Comunidade de Madri, uma vez que são mulheres sem recursos econômicos próprios.

Artigo 16

Causas do reembolso

No caso de qualquer uma das violações estabelecidas no artigo 11 da Lei 2/1995, de 8 de março, sobre Subsídios da Comunidade de Madri, e no artigo 37 da Lei 38/2003, de 17 de novembro, sobre Subsídios Gerais, o subsídio concedido será reembolsado, acrescido de juros por atraso, sem prejuízo de outras responsabilidades que possam ser aplicadas na lei.

Artigo 17

Ofensas e penalidades

A Direção-Geral responsável pela Igualdade pode iniciar um processo sancionatório quando, como resultado do exame do processo, surgir a prática de um delito tipificado no artigo 14 da Lei 2/1995, de 8 de março, bem como no Título IV da Lei 38/2003, de 17 de novembro, Geral sobre Subsídios.

Artigo 18

Proteção de dados pessoais

1. Os dados pessoais dos candidatos e/ou seus representantes, fornecidos como resultado desta concessão, serão integrados ao processamento de dados pessoais “Medidas de Proteção Integrais contra a Violência de Gênero”, de acordo com as disposições do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, e na Lei Orgânica 3/2018, de 5 de dezembro, sobre a Proteção de Dados Pessoais e a Garantia de Direitos Digitais; ou na legislação em vigor em todos os momentos.
2. O processamento de dados pessoais é necessário para gerenciar a ação elegível solicitada, uma missão de interesse público estabelecida na Lei 38/2003, de 17 de novembro,

|  |
| --- |
| BOCM-20221202-22 |

BOM A **CM**

BOLETIM OFICIAL DA COMUNIDADE DE MADRID

B.O.C.M. No. 287 SEXTA-FEIRA, 2 DE DEZEMBRO DE 2022

bem como na Lei 2/1995, de 8 de março, sob a responsabilidade da Direção Geral de Igualdade, Rua Manuel de Falla, número 7, segundo andar, em Madri, e mais informações podem ser encontradas em https://comunidad.madrid/gobierno/informacion-juridica-legislacion/proteccion-datos

1. De acordo com os termos estabelecidos no Registro de Atividades de Tratamento da Comunidade de Madri para a atividade de tratamento “Medidas Integrais de Proteção contra a Violência de Gênero”, os dados serão comunicados aos órgãos desta Administração e de outras Administrações para o propósito declarado, e sua preservação é necessária para efetivar a justificativa e verificação dos gastos subsidiados, bem como para determinar as possíveis responsabilidades que possam resultar.
2. Você pode entrar em contato com o oficial de proteção de dados em protecciondatos-psociales@madrid.org ou no endereço postal Calle O'Donnell, número 50, Madri. O exercício dos direitos de acesso, retificação, exclusão e outros concedidos pela regulamentação vigente exigirá uma solicitação assinada dirigida à Parte Responsável, “exercício de direitos na área de proteção de dados pessoais” por qualquer meio aceito por lei contendo uma cópia do DNI/NIE/equivalente ou consentindo com sua consulta.

Artigo 19

Financiamento

Esses subsídios serão totalmente financiados pelos Orçamentos Gerais do Estado, com a Comunidade de Madri antecipando seu pagamento.

Os créditos orçamentários aos quais o auxílio de pagamento único será aplicado serão contratados a partir do programa orçamentário da Direção-Geral da Igualdade, Programa 232B: Ações contra a Violência de Gênero e Promoção da Igualdade de Oportunidades. Linhas de subsídio/ações diretas. Item 48399 Famílias: outras ações. Auxílio de pagamento único nos termos do artigo 27 da Lei Orgânica 1/20014, de 28 de dezembro.

DISPOSIÇÃO DERROGATÓRIA ÚNICA

É revogada a Portaria 218/2013, de 13 de março, que aprova as regras regulamentares para a concessão direta de auxílio financeiro de pagamento único previstas no artigo 27 da Lei Orgânica 1/2004, de 28 de dezembro, sobre Medidas Integrais de Proteção contra a Violência de Gênero.

PRIMEIRA DISPOSIÇÃO FINAL

Suplementar

Os assuntos não incluídos expressamente nesta Ordem serão regidos pelas disposições da Lei Orgânica 1/2004, de 28 de dezembro, sobre Medidas Integrais de Proteção contra a Violência de Gênero; pelas regulamentações estaduais emitidas em seu desenvolvimento; pela Lei 5/2005, de 20 de dezembro, Integral contra a Violência de Gênero da Comunidade de Madri; pela Lei 2/1995, de 8 de março, sobre Subsídios da Comunidade de Madri e por tudo o que não está previsto nela e, além disso, na Lei 388 /2003, de 17 de novembro,, Subsídios Gerais, exceto seus preceitos básicos, que terão prioridade de aplicação com relação aos regulamentos regionais sobre subsídios.

SEGUNDA PROVISÃO FINAL

Entrada em vigor

Esta Ordem entrará em vigor no dia seguinte à sua publicação no Diário Oficial da Comunidade de Madri.

Madri, 28 de novembro de 2022.

O Conselheiro para Família, Juventude e Política Social,

MARÍA CONCEPCIÓN DANCAUSA TREVIÑO

Página 83

|  |
| --- |
| BOCM-20221202-22 |

BOM A **CM**

BOLETIM OFICIAL DA COMUNIDADE DE MADRID

Página 84 SEXTA-FEIRA, 2 DE DEZEMBRO DE 2022 B.O.C.M. Nº 287

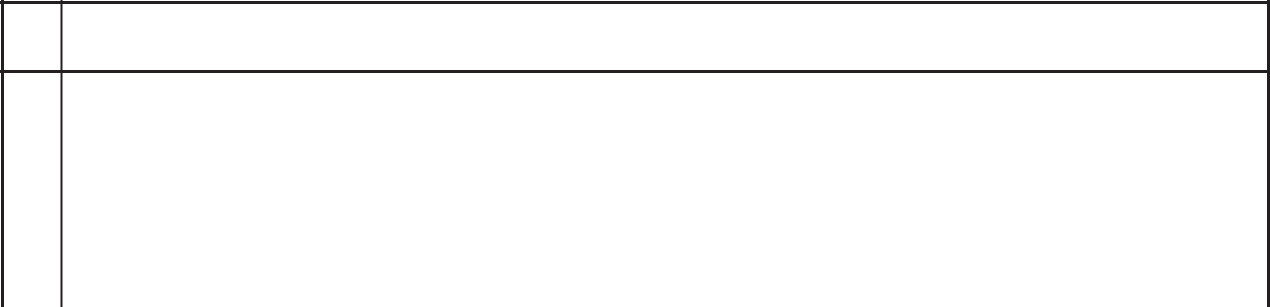


Etiqueta de registro



|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  |  |  |  |  |  | Ajuda financeira de pagamento único (artigo 27) | | | | | | | |  |
|  |  |  |  |  |  |  | Lei Orgânica 1/2004, de 28 de dezembro, | | | | | | | |  |
|  |  |  |  | de medidas abrangentes de proteção contra a violência de gênero | | | | | | | | | | |  |
| 1.- Dados da pessoa em questão | | | | | | | |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| NIF/NIE | |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Nome | |  |  |  |  |  | Sobrenome 1 |  |  |  |  |  | Sobrenome 2 |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Tipo de estrada | |  |  |  |  |  |  | Nome da rua | | |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  | |  |  |  |  |  |  |
| Não. /Km: | |  |  | Piso | |  |  | Puerta | | |  |  | Código postal |  |  |
|  |  |  |  |  | |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Província | |  |  |  |  |  |  | subúrbio | | |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Outros dados de | | localizando | |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  | |  |  |  |  |  |  | |  |
| Correio |  |  |  |  |  | Telefone 1 | |  |  |  |  |  | Telefone 2 |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  | |  | |  |  | |  | |  | |  |  |  |  |
| 2.- Dados da pessoa ou entidade representativa | | | | | | | | | | | | |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  | |  |  |  |  |
| NIF/NIE | |  |  |  |  |  |  |  |  | Razão | |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  | Social/Entidade | |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  | |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  | |  |
| Nome | |  |  |  |  |  | Sobrenome 1 |  |  |  |  |  | Sobrenome 2 |  |  |
|  | |  |  |  |  |  |  |  |  |  | | |  |  |  |
| Tipo de estrada | |  |  |  |  |  |  |  |  | Nome da rua |  | |  |  |  |
|  | |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  | |  | |  |
| Não. /Km: | |  | Piso | |  |  |  |  |  | Puerta |  | | Código postal |  |  |
|  |  |  |  | | |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  | |  |  |  |
| Província | |  |  |  |  |  |  |  |  | subúrbio |  | |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  | |  | |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Outros dados de | | localizando | |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  | |  |  |  |  |  |  | |  |
| Correio |  |  |  |  |  | Telefone 1 | |  |  |  |  |  | Telefone 2 |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Na capacidade de | |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |

**3-**   **Mídia/representante de notificação**  interessado (indique para quem você deseja que a notificação seja enviada)



Quero ser notificado eletronicamente (se você selecionar esta opção, deverá ter um endereço de e-mail habilitado no Sistema de Notificação Eletrônica da Comunidade de Madri) Você pode se registrar acessando este link

Quero ser notificado por correio certificado

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | Tipo de estrada | |  |  |  |  | Nome da rua | |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  | Número |  |  |  | Bloco |  | Escada |  |  | Piso |  | Puerta |  | Código postal |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  | Província |  |  |  |  |  |  |  |  | subúrbio |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |

|  |
| --- |
| BOCM-20221202-22 |

BOM A **CM**

BOLETIM OFICIAL DA COMUNIDADE DE MADRID

B.O.C.M. No. 287 SEXTA-FEIRA, 2 DE DEZEMBRO DE 2022 Página 85

4.- Dados de descendentes e outros dependentes:

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Apelido e primeiro nome | Data | do | Relacionamento com | Observações |  |
| nascimento |  | O candidato |  |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |

5.- Documentação necessária:

Documentos fornecidos com o aplicativo

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Credenciamento da situação de violência de gênero, nos termos estabelecidos no artigo 4 deste | □ |  |
| pedir |  |
|  |  |  |
| Autorização de residência e/ou trabalho, se aplicável | □ |  |
|  |  |  |
| No caso de descendentes de primeiro grau, livro de família e/ou certidão de nascimento | □ |  |
|  |  |  |
| Se houver, decisão judicial final sobre tutela | □ |  |
|  |  |  |
| Em caso de assistência social, certificado emitido pela Comissão Tutelar da Criança | □ |  |
|  |  |  |
| Se for caso disso, acordo ou decisão judicial que estabeleça a obrigação de alimentos | □ |  |
|  |  |  |
| Comprovante de renda mensal (folha de pagamento, certificado de pensão ou declaração de renda) do | □ |  |
| requerente e familiares dependentes, se aplicável. |  |
|  |  |  |
| Se aplicável, um documento de saúde da Previdência Social reconhecendo o status de | □ |  |
| beneficiário do membro da família em comparação com a pessoa que solicita o auxílio |  |
|  |  |  |
| No caso de familiares dependentes maiores de idade, anexo autorizando a consulta de dados pessoais | □ |  |
|  |  |  |

A Comunidade de Madri consultará, por meio eletrônico, os dados dos seguintes documentos (\*):

DIA/NOITE

Certificado de registro

Certificado de deficiência emitido pela Comunidade de Madri.

Se a deficiência foi reconhecida em outra comunidade autônoma, ela deve ser fornecida junto com a solicitação de ajuda.

Relatório do Serviço Público de Emprego

Certificado, emitido pela Direção Geral de Cadastro, que comprova a propriedade ou não propriedade de imóveis

|  |
| --- |
| BOCM-20221202-22 |

BOM A **CM**

BOLETIM OFICIAL DA COMUNIDADE DE MADRID

Página 86 SEXTA-FEIRA, 2 DE DEZEMBRO DE 2022 B.O.C.M. Nº 287

* Você pode se opor à consulta por motivos que você deve justificar. Nesse caso, você deve fornecer a documentação cuja consulta você se opõe (artigo 28.2 da Lei 39/2015, de 1º de outubro, sobre o Procedimento Administrativo Comum das Administrações Públicas). Tudo isso sem prejuízo do poder de verificação da Administração.
  + Eu me oponho à consulta dos seguintes dados pelos seguintes motivos:

6.- Dados bancários para o pagamento, se houver, do auxílio:

IBAN

Entidade

Escritório

D.C.

Número da conta

Em..., para... de... de...

ASSINATURA

O signatário acima DECLARA: Que todas as informações contidas neste pedido são verdadeiras e que ela NÃO foi anteriormente beneficiária deste auxílio.

Você pode consultar as informações relacionadas ao dever de informação para a proteção de dados pessoais nas páginas seguintes

Aconselhamento sobre política familiar, juvenil e social

DESTINATÁRIO

Direção-Geral para a Igualdade

|  |
| --- |
| BOCM-20221202-22 |

BOM A **CM**

BOLETIM OFICIAL DA COMUNIDADE DE MADRID

B.O.C.M. No. 287 SEXTA-FEIRA, 2 DE DEZEMBRO DE 2022 Página 87

AUTORIZAÇÃO PARA CONSULTAR OS DADOS PESSOAIS DE FAMILIARES ADULTOS

1.- Dados do autorizador:

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| NIF/NIE | |  |  |  |  |  |  |  |  | sobrenomes | | |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Nome | |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  | |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| diretório | |  | Tipo de estrada | | |  |  |  | Nome da rua | | | |  |  |  |  |  | NÃO. |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Gateway |  |  |  | Piso |  |  | Puerta | |  |  | COPO |  |  | Localidade |  | Província |  | | |  |
|  |  |  |  | |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  | |  |  | |  |  |  | |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  | 2.- Dados do procedimento: | | | | | | | | | | |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  | | | | | | | | | | | |  |
| Nome do procedimento | | | | | | |  | Ajuda financeira de pagamento único (Art. 27) Lei Orgânica 1/2004, de 27 de dezembro, sobre | | | | | | | | | | | |  |
|  | medidas abrangentes de proteção contra a violência de gênero | | | | | | | | | | | |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |

Você está informado de que, para o gerenciamento e resolução do procedimento indicado acima:

**A Comunidade de Madri consultará, por meio eletrônico, os dados dos seguintes documentos (\*)**:

DIA/NOITE

Certificado de registro

Certificado de deficiência emitido pela Comunidade de Madri.

Se a deficiência foi reconhecida em outra comunidade autônoma, ela deve ser fornecida junto com a solicitação de ajuda.

* Você pode se opor à consulta por motivos que você deve justificar. Nesse caso, você deve fornecer a documentação à qual se opõe à consulta (artigo 28.2 da Lei 39/2015, de 1º de outubro, sobre o Procedimento Administrativo Comum das Administrações Públicas) Tudo isso sem prejuízo do poder de verificação da Administração.
* Eu me oponho à consulta dos seguintes dados pelos seguintes motivos:

Em Madri, um... de... de...

Tod.: 22-20221202

|  |
| --- |
| - |

BOM A **CM**

BOLETIM OFICIAL DA COMUNIDADE DE MADRID

Página 88 SEXTA-FEIRA, 2 DE DEZEMBRO DE 2022 B.O.C.M. Nº 287

Informações sobre proteção de dados Medidas abrangentes de proteção contra a violência de gênero

* 1. Responsável pelo processamento de seus dados
     + Responsável: **D. G. De Equality**
     + ACONSELHAMENTO FAMILIAR, JUVENTUDE E POLÍTICA SOCIAL
     + **Sede social:** C/ Manuel de Falla, 7 - 2º andar - CP. 28036 Madrid.
     + Contato do Diretor de Proteção de Dados: protecciondatos-psociales@madrid.org

1. Em qual atividade de processamento meus dados pessoais estão incluídos e para quais propósitos eles serão processados?

Medidas abrangentes de proteção contra a violência de gênero

Em conformidade com as disposições do Regulamento (UE) 2016/679, sobre a Proteção de Dados Pessoais (RGPD), seus dados serão processados para as seguintes finalidades:

* + Oferecer atendimento integral de forma coordenada com o objetivo de permitir a proteção e autonomia das mulheres vítimas de violência de gênero, de acordo com as disposições da Lei 5/2005, sobre proteção integral contra a violência de gênero da Comunidade de Madri e da Lei Orgânica 1/2004, de 28 de dezembro, sobre medidas abrangentes de proteção contra a violência de gênero.
  + Controle automatizado e manual da gestão dos pedidos de auxílio financeiro de pagamento único incluídos no artigo 27 da Lei Orgânica 1/2004, de 28 de dezembro, sobre medidas abrangentes de proteção contra a violência de gênero. Gestão da intervenção social, psicológica e legal.
  + Assistência individual para promover a autonomia de mulheres vítimas de violência de gênero que foram usuárias da rede de centros para mulheres vítimas de violência de gênero, aprovada pelo Acordo do Conselho de Administração da Comunidade de Madri.
  + Subsídios para ajuda a órfãos de vítimas de violência de gênero, aprovados pelo Acordo do Conselho de Governadores da Comunidade de Madri.

1. Qual é a legitimidade na qual se baseia a legalidade do tratamento?

O processamento do RGPD 6.1 c) é necessário para o cumprimento de uma obrigação legal aplicável ao controlador.

Onde aplicável, RGPD 9.2.h) e RGPD 6.1.b).

Lei Orgânica 1/2004, de 28 de dezembro, sobre medidas abrangentes de proteção contra a violência de gênero.

Lei 5/2005, sobre proteção abrangente contra a violência de gênero na Comunidade de Madri.

4. Como exercer seus direitos? Quais são seus direitos quando você nos fornece seus dados?

Se desejar, você pode exercer seus direitos de acesso, retificação e exclusão de dados, bem como solicitar que o processamento de seus dados pessoais seja limitado, opor-se a ele, solicitar a portabilidade de seus dados, bem como não ser objeto de uma decisão individual baseada exclusivamente no processamento automatizado, incluindo a criação de perfis.

De acordo com a Lei 39/2015, o RGPD e a Lei Orgânica 3/2018, você pode exercer seus direitos por meio de Registro Eletrônico ou Registro Presencial, ou nos locais e formulários previstos no artigo 16.4 da Lei 39/2015, preferencialmente através do formulário de inscrição “Exercício de direitos relativos à proteção de dados pessoais”.

|  |
| --- |
| BOCM-20221202-22 |

BOM A **CM**

BOLETIM OFICIAL DA COMUNIDADE DE MADRID

B.O.C.M. No. 287 SEXTA-FEIRA, 2 DE DEZEMBRO DE 2022 Página 89

1. Tratamentos que incluem decisões automatizadas, incluindo criação de perfis, com efeitos legais ou relevantes.

Eles não são executados.

6. Por quanto tempo manteremos seus dados pessoais?

Os dados serão mantidos pelo tempo necessário para cumprir a finalidade para a qual foram coletados, bem como pelo período em que possam surgir responsabilidades legais. Eles também devem ser mantidos pelos períodos estabelecidos nos regulamentos sobre arquivos e patrimônio documental da Comunidade de Madri.

7. A quais destinatários seus dados serão comunicados?

Órgãos desta administração para processamento e outras administrações/autoridades públicas para o exercício de seus poderes legais. Se necessário: Forças e Órgãos de Segurança do Estado/Autoridades Judiciais.

8. Direito de retirar o consentimento dado para tratamento a qualquer momento.

Esse processamento de dados não se baseia apenas no consentimento explícito. Caso você retire seu consentimento, isso não afetará a legalidade do tratamento anterior, nem o cumprimento das obrigações legais aplicáveis à pessoa responsável.

9. Direito de registrar uma reclamação junto à Autoridade Supervisora.

Você tem o direito de registrar uma reclamação na Agência Espanhola de Proteção de Dados http://www.aepd.es se não estiver satisfeito com o processamento de seus dados pessoais. Você também pode fazer uma reclamação prévia ao Diretor de Proteção de Dados.

10. Categoria de dados que estão sendo processados.

Dados de identificação, características pessoais. Dados acadêmicos e profissionais, detalhes do emprego. Dados econômicos, financeiros e de seguros. Dados especialmente protegidos.

11. Fonte da qual os dados vêm.

Interessados e entidades da Rede do Observatório Regional de Violência de Gênero.

12. Informações adicionais.

Você pode consultar informações adicionais e detalhadas sobre as informações e os regulamentos aplicáveis sobre proteção de dados no site da Agência Espanhola de Proteção de Dados http://www.aepd.es, bem como informações sobre o Registro de Atividades de Processamento.

(23/03/250/22)



http://www.bocm.es BOLETIM OFICIAL DA COMUNIDADE DE MADRID D.L.: M. 19.462-1983 ISSN 1989-4791



|  |
| --- |
| BOCM-20221202-22 |